

## **O MORRO DO CASTELO E A PRAÇA ONZE: TERRITÓRIOS EM DISPUTA**

*Por Sheille Soares de Freitas\**

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze: 1920/1945*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

A experiência acadêmica, bem como o viver a cidade, incita-nos a pensar sobre o fazer-se dos sujeitos sociais, dos seus costumes e práticas. Assim, as análises que fazemos indicam que estamos disputando, também, um espaço interpretativo da realidade. A reflexão da obra de Silva contribui significativamente para essa prática, pois traduz uma intervenção sobre o que se explicita das experiências e práticas produzidas na dinâmica social.

O livro de Silva, advindo de sua tese de Doutorado, defendida no Programa de Pós Graduação em História, PUC/SP, em 2002, permite ampliarmos as reflexões sobre as cidades, percebendo uma postura que diz não só sobre procedimento de pesquisa, mas informa um encaminhamento político sobre a maneira de ler o processo histórico e as proposições para o futuro. É nesse flanco que parte da historiografia atual, trabalhando com a História Social, tem se localizado. Mesmo sabendo que ainda se tropeça, a tentativa de pensar os caminhos interpretativos e supostos confirma-se como algo que vale a pena ser feito.

Com o seu trabalho, a autora conquistou o segundo lugar no Prêmio Carioca de Pesquisa em 2002, tendo a sua tese publicada pela Coleção Biblioteca Carioca. Na escrita de seu trabalho Silva

---

\* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista FAPEMIG, e-mail: sfsheille@gmail.com

assume uma postura que problematiza a produção linear e universalizante, a qual naturaliza a análise histórica em causa e efeito. Ela questiona os usos e construções de memórias sobre as transformações da cidade, em especial a cidade do Rio de Janeiro, e potencializa as relações e os territórios forjados pelos sujeitos sociais. Ao problematizar as práticas urbanísticas, a autora desconstrói essa perspectiva entendendo que a feitura da cidade é produto dos homens, de seus interesses e de suas relações.

Mesmo ao localizar sua análise no início do século XX, o ponto de partida para a autora é as questões experimentadas no presente. Tendo como premissa que a referência a hábitos, costumes e pessoas dessa cidade das décadas de 1920 e 1940 ainda compõem grande parte do repertório de expectativas e práticas dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Ao fazer isso, visualiza no cotidiano da cidade as memórias que se constroem sobre essas transformações sociais e como essas respondem ou não ao que se vive no presente.

Ao eleger o arrasamento do Morro do Castelo (década de 1920) e a destruição da Praça Onze (década de 1940), a autora dialoga com uma sociedade múltipla, que disputa o direito à cidade. Ao investigar a “população pobre”, do Morro do Castelo, e os “negros baianos”, da Praça Onze, ela indica esses territórios enquanto marcas de experiências, problematizando o que significaram esses lugares na memória e na “materialidade cultural” dessa gente.

Seu trabalho pode aparentemente indicar um estudo de marcos da história do Rio de Janeiro. Entretanto, esses lugares da cidade não aparecem como demarcação de modos de viver, presos ao antes e depois da destruição. O que se mostra relevante na análise é que indica-nos a feitura de sociabilidades e territórios como algo contínuo, pois, antes das práticas e modos de viver dos sujeitos sociais se identificarem a lugares da cidade, eles se vinculam a pessoas e, por isso, a disputa pela cidade, mesmo sendo desigual, não retira a tensão entre valores e costumes de grupos sociais. Esses são reelaborados, produzindo outros “pedaços”, que desorganizam e questionam a lógica capitalista de racionalização urbana.

Com essa proposta, problematiza as reformas urbanas e o que estas encaminham como leitura da cidade e disputa social. A autora percorre um trabalho árduo de leitura das fontes e de diálogo com as produções historiográficas. O trato com as fontes significou uma atenção ao modo como estas foram produzidas, com qual finalidade, para que público, por onde circulavam e como poderiam contribuir para problematizar as relações sociais.

Isso fica nítido, por exemplo, quando observamos a forma como lida com os jornais e revistas. Ela não se limitou à busca de informações, comprometeu-se em pensá-los no seu tempo, atentando para o modo como liam a cidade e propunham interpretações do vivido. O trabalho com os cronistas, em especial, traduz essa preocupação.

Ao eleger os cronistas, Silva apresenta como essas interpretações tensionam a realidade, por traduzirem diferentes versões sobre os territórios e as práticas culturais dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Uma linguagem aparentemente leve e tranqüila sobre a cidade, trazida nas crônicas, revela-se como um campo fértil à reflexão de territórios e modos de viver.

O entrecruzar de suas fontes garantiu visibilidade às questões prementes dos moradores, bem como sugeriu que as escolhas sociais se fizessem em um ambiente de conflito, pois por mais harmônico que os discursos, projetos urbanísticos, matérias jornalísticas e censos procurassem ser, na verdade, as práticas de convencimento/imposição se faziam sentir nas suas próprias ações.

A retirada dos moradores do Morro e da região da Praça Onze, para dar lugar respectivamente à Exposição Comemorativa do Centenário da Independência e à Avenida Presidente Vargas, indicava também a construção de novas expectativas em relação ao modo de viver e pertencer à cidade.

As músicas, charges, fotografias e mapas, que compõem o conjunto de fontes, sugerem não só a tentativa de entender as imagens de cidade que são produzidas, mas também, como permeiar as tramas que se tecem ao disputar lugares e práticas culturais. Com essa perspectiva, a autora traz à tona “*rastros*” de ou-

tros modos de viver e indica que “Achar esses rastros é contar uma história que não acabou”<sup>1</sup>, ou seja, colocar as práticas sociais em movimento, observando as mudanças e permanências culturais como produções de uma sociedade em disputa ainda hoje.

Assim, as vivências do samba, dos terreiros de candomblé e umbanda, das baianas doceiras, do futebol nas praias e ruas e da malandragem, como formas de driblar a precariedade de vida, aparece como marcas sociais de sujeitos que, ao lidarem com a desigualdade social e com os territórios que produzem e circulam, expressam sua cultura e indicam que o mover-se pela cidade, por exemplo, com o fim do Morro do Castelo e da Praça Onze, não extirpa da sociedade a desigualdade, mas, ao contrário, exacerba a disputa que compõem as relações sociais.

Um dado caro às produções historiográficas é não compreender o como e o porquê dessas mudanças e o modo como são negociadas socialmente. No livro, Silva consegue indicar que o mover-se dos moradores pela cidade já ocorria mesmo antes do fim desses territórios e que esses vão construindo o seu “pedaço”, onde lêem como possível e de direito, pois, para ela são as “vivências produzidas na tessitura da cidade” que traçam o amálgama social de transformações e permanências.

As reformas urbanas, discutidas neste trabalho, permitem que coloquemos em questão a legitimidade do urbanismo, ao mesmo tempo problematizando a explicação do tipificado como moderno ou atrasado, pois esta nada mais é do que a desqualificação de modos de viver, partindo de um modelo perverso de sociedade, em que um padrão privilegiado desconsidera as distintas experiências que compõem a sociedade. Na reflexão da autora, insistir na visibilidade do Rio de Janeiro como uma cidade multifacetada sugere colocar em questão a versão racional sobre a dinâmica das cidades brasileiras.

O debate caloroso com os urbanistas apresentado no livro contribui para pensarmos que os traçados e planos não estão abs-

---

<sup>1</sup> SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Op. cit., p. 272.

tratamento lidando com um espaço, mas sim, estão efetivamente intervindo no modo como as pessoas vivem e onde devem viver. Como a autora mesmo diz: “o que a borracha elimina no papel é a cidade, a própria vida”<sup>2</sup> e, a partir da leitura que o “grupo dirigente” faz da realidade é que esses projetam intervenções. Os projetos e reformas urbanas são práticas que tensionam o vivido e buscam transformá-lo, merecendo assim que nos posicionemos diante as lutas cotidianas sobre os modos de viver que construímos socialmente.

Ao questionar o que era posto como “*estilo*” carioca: o trabalho formal, a população branca e patriarcal, a higienização das casas e hábitos e as festas cívicas e católicas, a autora indica com a produção do seu trabalho que, na verdade, que cada grupo expressava suas práticas a partir da visão de mundo e dos valores que possuía. Portanto, valorizar os saberes ordinários da população, as práticas de candomblé e umbanda, as disputas de sambas e o respeito à autoridade feminina (mães de santo e baianas, por exemplo), implicava em deslegitimar o padrão dominante e que se queria impor, percebendo que essas experiências compunham e tensionavam a cidade, bem mais do que os projetos urbanos apontavam e desejavam.

Ao perceber essas tensões, torna-se importante ressaltar a forma como o livro trata os costumes — dominantes, emergentes e residuais para lembrar Raymond Williams<sup>3</sup>, vendo-os enquanto sinais da disputa social. Isto sugere que mesmo quando o samba começa a ser tratado como símbolo nacional, por exemplo, não se consegue naturalizar essa prática, porque essa, como outras, faz-se a partir das experiências dos sujeitos e, se incorporada por outros grupos, indica sim que esses estão disputando o seu valor e sentido cultural.

Mas o que isso informa afinal? Talvez nos diga que as práti-

---

<sup>2</sup> Idem, p. 280.

<sup>3</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

cas intituladas como reformas podem ser bem mais agressivas do que o termo indica. Destruir territórios, apagar indícios do que era vivido, ressignificar práticas e valores retirando-os da sua identificação inicial, pode apontar para uma “guerra” entre campos de forças desiguais, em que os lugares massacrados são indícios para destruições afetivas e culturais. Para a autora, as intervenções no urbano limitam as ações dos moradores, mas ao mesmo tempo instigam-lhes a traçar novas metas, a reelaborar seus costumes e promover o que lhes informam sobre seu pertencimento à cidade. A “guerra de lugares” permanece<sup>4</sup>.

Em seu primeiro capítulo — *A cidade do Rio nos anos 20* — apresenta a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e como, na década de 1920, o urbanismo aliado à Reforma Passos encaminha intervenções na cidade. A autora utiliza-se de diferentes vertentes para informar sobre as condições de vida no Rio; as várias enchentes, a falta de água, a ausência de saneamento. Estes pontos indicavam a precariedade de vida que não se harmonizava a um projeto de capital higienizada e moderna.

A partir disso, o Morro do Castelo, localizado no centro comercial da cidade, aparece como um reduto da pobreza, com hábitos dissonantes do que se propunha para a região. A autora apresenta as práticas do lugar e como a disputa pelos territórios da cidade vai ganhando forma e visibilidade e, ao mesmo tempo, destruindo estes espaços.

No segundo capítulo — *Morro do Castelo e a Exposição Universal* — Silva traz as discussões dos cronistas e como se posicionavam diante as transformações da cidade. Ao longo do capítulo apresenta imagens diferentes sobre o Morro do Castelo e, concomitantemente, problematiza as estratégias utilizadas e negociadas para o arrasamento do Morro. Entre gastos exorbitantes e o grande vazio deixado após a destruição do Morro do Castelo, a autora sugere entrelaçar as práticas do arrasamento do Morro

---

<sup>4</sup> Essa reflexão baseia-se no diálogo da autora com o trabalho de Antônio Augusto Arantes Neto, *Paisagens Paulistas: transformações do espaço público*. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/Imprensa Oficial, 2000.

ao que era vivido pelos moradores do Castelo.

Ao mesmo tempo em que se comemorava o Centenário da Independência, as pessoas eram expulsas do Morro. Destaca aqui o incômodo que a visibilidade daquele território promovia, ao desorganizar a idéia de “cada coisa em seu lugar”.

O terceiro capítulo — *O Rio nos anos 40* — é um convite a passear pelas ruas do Rio de Janeiro, em plena ditadura Vargas, atentando para o que mudou com essa condição do país. As limitações da imprensa ou das produções sociais não impediram que Silva encontrasse os problemas e dificuldades de se viver no Rio naquela época. O subúrbio, as favelas, os morros e a Zona Sul indicavam uma cidade esquadrihada pela desigualdade social, um desgaste econômico advindo das relações tensas das décadas anteriores afloraram ainda mais a precariedade social.

A autora elege o termo “mistura social”<sup>5</sup>, para indicar os encontros que os diferentes grupos sociais tinham ao conviver nas mesmas regiões. Como conflito, esses encontros expressavam as motivações para se pensar na intervenção em determinadas regiões da cidade, como foi o caso da Praça Onze.

O carnaval é traduzido neste capítulo como uma prática social em disputa, e a cultura da Praça Onze, que aparentemente passava despercebida na região central da cidade, ganhou uma leitura inversa com a interpretação traduzida no livro, o adiamento da intervenção nesse território indicava a força de determinados grupos na disputa pelos usos da cidade. Assim, a Praça Onze se destacava por constituir um território significativo na cidade que ritmava um modo de viver com pilares diferentes, o que também era um indicativo de estranhamento e repulsa. A região central da cidade, para os “grupos dirigentes”, não podia conviver com essa “mistura social”, mistura de classes.

Em seu último capítulo — *A Presidente Vargas e a Praça Onze* — narra a destruição da Praça Onze, em razão da construção da Avenida Presidente Vargas, e os caminhos que os moradores da-

---

<sup>5</sup> SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Op. cit., p. 185.

quela região traçaram. A “Pequena África”, como era chamada, aparece como um recanto que resguardava o trabalho na rua, as crenças do candomblé, as disputas dos sambas, a autoridade das mulheres, como de Tia Ciata. Neste espaço, ritmavam a vida e seus costumes.

O viver na Praça Onze ou no Morro do Castelo não se encerra dando outras formas a esses lugares. Uma cidade em transformação é, antes de tudo, um movimento intenso e constante de seus moradores em busca de viver o que entendem como garantia do direito à cidade.